

**ATA 108 - DA 108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO
(CONSUNI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Data: 15 de dezembro de 2022.

Local: Webconf.

Horário: 09 horas e 47 minutos.

Participantes:

Reitoria: Roberlaine Ribeiro Jorge, Presidente; Marcus Vinícius Morini Querol, Vice-presidente. Os diretores das unidades: Alegrete, Ederli Marangon; Bagé: Fernando Junges no exercício da Direção; Caçapava do Sul, José Waldomiro Jiménez Rojas; Dom Pedrito, Nádia Fátima dos Santos Bucco; Itaqui, José Carlos Severo Corrêa; Jaguarão, Silvana Maria Gritti; Santana do Livramento, Fernando Pedro Meinero no exercício da Direção; São Borja, Valmor Rhoden; São Gabriel, Beatriz Stoll Moraes no exercício da Direção; Uruguai, Cheila Denise Ottonelli Stopiglia. Os representantes das comissões superiores: João Pablo Silva da Silva (CSE), Igor Baptista de Oliveira Medeiros (CSP) e Paulo Roberto Cardoso da Silveira (CSEExt). Os pró-reitores: Fernando Munhoz da Silveira, PROAD; Edward Frederico Castro Pessano, PROGEPE; Viviane Kanitz Gentil, PROPLAN; Fabio Gallas Leivas, PROPLI; Shirley Grazieli da Silva Nascimento, PROGRAD; Bruno dos Santos Lindemayer, pró-reitor adjunto da PRAEC e Paulo Rodinei Soares Lopes, PROEXT. Os representantes docentes: Altacir Bunde, Ana Cristina da Silva Rodrigues, Antônio Cleber da Silva Camargo, Augusto Gonzaga Oliveira de Freitas, Cássia Regina Nespolo, Chiara Valsecchi, Cristine Machado Schwanke, Daniel Hanke, Erick de Melo Maciel, Hélvio Rech, Jefferson Marçal da Rocha, Mateus Guimarães da Silva, Régis Sebben Paranhos, Renato José da Costa e Vinicius Piccin Dalbianco. Os representantes TAEs: Alexandre dos Santos Villas Bôas, Carina Fagundes Teixeira Brum, Diego Veneroso Pereira, Luci Anne Vargas Carneiro (compareceu somente à tarde) e Rodrigo Trindade Pinheiro. Os representantes discentes: Arthur Oliveira Domingues, Cássio Cunha Araújo, Gabriel Augusto Fernandes Barbosa, Gabriele Doyle Cezar e Maria Alcina Luiz Alves e a representante da comunidade externa Rosemeri Martins dos Santos.

Justificaram a ausência os conselheiros convocados: Alessandro Bica, José Guilherme Franco Gonzaga, Luciana Borba Benetti e Carlos Aurélio Dilli Gonçalves.

Ausentes sem justificativa os conselheiros convocados Alexandre Vicentine Xavier e Luci Anne Vargas Carneiro, que não compareceu no turno da manhã.

Pauta:

Posse de Conselheiro: Fernando Pedro Meinero, no exercício da Direção do Campus Santana do Livramento.

1. Informações da Reitoria:

1.1. A servidora Ketleen Grala, secretária executiva lotada na PROEXT, trouxe um relato das atividades de representação junto ao Conselho Municipal de Defesa ao Meio Ambiente (COMDEMA) de Bagé, no qual ela e o Prof. Norton Sampaio representam a UNIPAMPA. O COMDEMA foi reativado em 2015 por iniciativa desses servidores, que mobilizaram os demais integrantes e reiniciaram as atividades do Conselho após um longo período sem atuação. Na oportunidade, foi reeditada a lei de criação do COMDEMA com inserção de segmentos com proporcionalidade que atenderam a participação de poder público, sociedade civil organizada e instituições de ensino, de forma paritária. Também foram organizados o regimento interno e a legislação relativa ao Fundo Municipal de Meio Ambiente. A UNIPAMPA foi protagonista na reativação desse importante conselho, e seus representantes estiveram à frente da Diretoria por gestões, contribuindo com importantes trabalhos de responsabilidade socioambiental, como a proposição de projetos de educação ambiental, de inclusão social, criação de câmaras técnicas, organização de legislação, como o Código Municipal de Arborização Urbana, além de proposição de resoluções. A servidora concluiu com seu depoimento pessoal de o quanto a participação nesses espaços é relevante para o desenvolvimento profissional dos servidores, que têm a oportunidade de conhecer mais as demandas da comunidade e contribuir apresentando a expertise da Universidade em diversas áreas, cumprido com um de seus propósitos institucionais: contribuir com o desenvolvimento regional. Por fim, agradeceu o espaço e recomendou aos servidores da UNIPAMPA que buscassem participar de atividades extensionistas em suas cidades, pois é uma experiência muito enriquecedora.

1.2. O TAE Engenheiro Florestal João Lindolfo Meira comentou que a UNIPAMPA tem quatro representantes no CREA-RS. Na Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas, o conselheiro titular é o Prof. Marco Hansen, e, na suplência, o Prof. Régis Paranhos. Na Câmara Especializada de Engenharia Florestal, a Prof.^a Cibele Gracioli e ele próprio, TAE e Engenheiro Florestal, Msc João Lindolfo Meira. Explicou que a atividade é honorífica, uma vez que o conselho não paga salário aos conselheiros. Quando das convocações, somente existe a disponibilidade de ressarcimento de passagens de deslocamento e diárias de pernoite. Continuando, comentou que, entre as profissões em nosso País, algumas possuem regulamentação, com atribuições descritas para o exercício regular dessas atividades; que o art. 55 da Lei nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, descreve que a habilitação técnico-científica efetiva-se, em grau superior, com a posse do respectivo diploma e, para exercício das profissões regidas nesta legislação, o profissional deverá estar registrado em conselho regional da profissão. Por isso, afirmou que os CREAs e as Câmaras Especializadas (CEs), que regulamentam as atividades exercidas pelas diferentes profissões por ele abrangidas; que as CEs apreciam e decidem assuntos relacionados às suas atribuições profissionais, principalmente na fiscalização do exercício dentro de suas atribuições; sugere medidas para aperfeiçoamento das atividades e elabora as normas para fiscalização das respectivas modalidades profissionais. O servidor ainda informou que os conselheiros participam das reuniões de suas câmaras, reuniões plenárias do CREA e das demais atividades que podem ser solicitadas, como representação quando de eventos e atividades profissionais e de entidades; disse ainda que, a composição das câmaras, há representantes de instituições de ensino e de entidades de classe (associações, sindicatos de profissionais), e que a participação da UNIPAMPA é importante, uma vez que as decisões e assuntos tratados no Conselho afetam a formação dos profissionais para o mercado de trabalho, sendo uma colaboração junto à sociedade. Finalizando, disse que devem trabalhar para ampliar a

representação para as diferentes profissões que a Instituição forma, pois isso beneficiará os futuros profissionais e como consequência, a sociedade.

Na sequência, a servidora da Secretaria, Sara Tarasuk, solicitou que os conselheiros observem mais o prazo para justificar a ausência nas próximas reuniões, haja vista que as substituições efetivadas no início da sessão, muito além de desvalorizar o trabalho que desenvolvem, causam transtornos e atrasos no curso da reunião.

2. Inclusões e exclusões de pauta:

2.1. O Vice-presidente Marcus Querol solicitou: incluir informações sobre a situação orçamentária.

2.2. O conselheiro Querol também solicitou a exclusão de pauta do **Processo** nº 23100.011693/2019-51. **Origem:** Campus Dom Pedrito. **Objeto:** Aprova a criação do Curso de Bacharelado em Agronomia do Campus Dom Pedrito e seu PPC.

2.3. O conselheiro Altacir Bunde, como representante docente, encaminhou à Secretaria a demanda de um docente do Campus Santana do Livramento sobre pagamento de gratificação referente à coordenação do Curso de Administração Pública da UAB para que o assunto seja debatido pelos conselheiros; disse que são 2 processos: um referente ao pagamento sobre a Coordenação do Curso (23100.014743/2022-58) e o outro sobre aceleração de progressão docente (23100.014702/2022-61). O Presidente esclareceu que essa inclusão não é oportuna, uma vez que ambos os processos já estão na Procuradoria Federal para análise e emissão de parecer, sem o qual os conselheiros não possuem elementos para verificação; que, tão logo sejam devolvidos pela PF, os processos serão objeto de pauta. O conselheiro Altacir agradeceu e disse que passaria a informação ao colega.

2.4. A conselheira Silvana Gritti solicitou duas inclusões de pauta:

2.4.1. A suspensão do calendário acadêmico:

2.4.2. Debate sobre o RU (assim como a conselheira Nádia Bucco e o conselheiro Cássio).

2.5. O conselheiro Rodrigo Pinheiro solicitou incluir a leitura de uma carta aberta aos conselheiros e à comunidade como direito de resposta sobre injúria que considera ter sofrido em um parecer jurídico emitido pela PF da Universidade.

2.5.1. Também solicitou a inversão da pauta, de modo que o direito de resposta seja antes da apresentação do ponto **4.1**.

2.6. A conselheira Nádia Bucco também solicitou 2 inclusões:

2.6.1 A manutenção na pauta do **Processo** 23100.011693/2019-51. **Origem:** Campus Dom Pedrito. **Objeto:** Aprova a criação do curso de Bacharelado em Agronomia do Campus Dom Pedrito e seu PPC.

2.6.2. Inclusão sobre o restaurante universitário e que poderiam associar à solicitação da conselheira Silvana.

Os conselheiros José Carlos Corrêa e Cássio Cunha Araújo, que estavam inscritos, disseram que já estavam contemplados com as solicitações dos que os antecederam.

Resultado 1 – inclusão da situação orçamentária: aprovada por UNANIMIDADE. Ausentes no momento da votação os conselheiros convocados: Cristine Schwanke e Gabriel Barbosa.

Resultado 2 – suspensão do calendário acadêmico: **contrários a suspensão, 26 votos** (Ederli, Fernando Junges, Rojas, Nádia Fernando Meinero, Valmor, Beatriz, Cheila, João Pablo, Igor, Fernando Munhoz, Edward, Viviane, Fabio, Shirley, Bruno, Paulo Rodinei, Antônio Cleber, Cristine, Hêlvio, Mateus, Carina, Diego, Arthur, Querol e Roberlaine; 17 votos favoráveis (José Carlos, Silvana, Paulo Roberto, Altacir, Ana Cristina, Augusto, Cássia, Marçal, Régis, Renato, Vinícius, Alexandre, Rodrigo, Cássio, Gabriel, Gabriele e Maria Alcina). Abstenções: 4 (Chiara, Daniel, Erick e Rosemeri).

Foi explicado à conselheira Cristine que, quando as votações são unânimes, quer dizer dos conselheiros presentes, uma vez que sempre é especificado quais conselheiros não estavam no momento da votação.

Resultado 3 – inclusão de debate sobre os RUs: aprovada por UNANIMIDADE. Ausente no momento da votação a conselheira Chiara Valsecchi.

Resultado 4 – inclusão do direito de resposta do conselheiro Rodrigo: aprovado com a abstenção do conselheiro Fernando Junges. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Beatriz Moraes, Chiara Valsecchi e Marisa Alcina Alves.

Resultado 5 – exclusão do ponto de pauta **4.1** (processo Curso de Agronomia - Campus Dom Pedrito): o Vice-presidente tentou explicar os motivos que o levaram a solicitar a exclusão desse ponto de pauta, entretanto, pelo *chat* da reunião, alguns conselheiros pediram que essa fala acontecesse depois da votação, de forma a serem equânimes em relação à falta de oportunidade de explicação quando da votação da suspensão do calendário acadêmico vigente; que esse procedimento não é o padrão. O Presidente salientou que não estão discutindo o mérito do processo, mas justificando o pedido de exclusão. O conselheiro Ederli solicitou que a exclusão ou manutenção do ponto seja votada sem debates, com o que a maioria dos conselheiros concordou pelo *chat* da reunião. O Presidente esclareceu que só abriu a discussão porque muitos conselheiros pediram, via *chat*, explicações do que iriam votar. O conselheiro Alexandre solicitou que, nas próximas inclusões e exclusões, os conselheiros tenham o direito de fazer uma breve explanação sobre o pedido. O Vice-presidente concordou que todos devem ter os mesmos direitos e, por isso, deixaria sua justificativa para assuntos gerais.

Resultado: exclusão de pauta do item 4.1 aprovada com 26 votos favoráveis (Fernando Junges, José Carlos, Valmor, Beatriz, Cheila, Igor, Paulo Roberto, Fernando Munhoz, Edward, Viviane, Fabio, Bruno, Ana Cristina, Antônio Cleber, Augusto, Erick, Hêlvio, Marçal, Régis, Vinícius, Alexandre, Carina, Diego, Rodrigo, Querol e Roberlaine). Foram 17 votos contrários à exclusão (Ederli, Rojas, Nádia, Silvana, Fernando Meinero, João Pablo, Shirley, Paulo Rodinei, Chiara, Daniel, Renato, Arthur, Cássio, Gabriel, Gabriele, Maria Alcina e Rosemeri. Absteram-se os conselheiros: Altacir Bunde, Cássia Nespolo, Cristine Schwanke e Mateus da Silva, perfazendo o total de 4 abstenções.

Resultado 6 – inversão de o direito de resposta ser antes do debate do ponto **4.1: contados 23 votos contrários à inversão** (Ederli, Rojas, Nádia, Silvana, Fernando Meiner, Cheila, João Pablo, Fernando Munhoz, Viviane, Fabio, Shirley, Bruno, Cássia, Chiara, Cristine, Daniel, Mateus, Diego, Cássio, Gabriele, Rosemeri, Querol e Roberlaine. Foram 19 votos a favor da inversão (Fernando Junges, José Carlos, Valmor, Beatriz, Igor, Paulo Roberto, Paulo Rodinei, Altacir, Ana Cristina, Augusto, Erick, Hélvio, Marçal, Régis, Renato, Vinícius, Alexandre, Carina e Rodrigo) e 5 abstenções (Edward, Antônio Cleber, Arthur, Gabriel e Maria Alcina).

Ordem do dia:

3. Apreciação de atas: os conselheiros optaram por votação em bloco.

3.1. Origem: Secretaria do CONSUNI. Objeto: Ata da 106ª RO realizada via *webconf* em 25 de agosto de 2022.

3.2. Origem: Secretaria do CONSUNI. Objeto: Ata da 107ª RO realizada via *webconf* em 20 de outubro de 2022.

3.3. Origem: Secretaria do CONSUNI. Objeto: Ata da 47ª RE realizada via *webconf* em 20 de outubro de 2022.

3.4. Origem: Secretaria do CONSUNI. Objeto: Ata da 48ª RE realizada via *webconf* em 20 de outubro de 2022.

Resultado: aprovados os itens de pauta **3.1** a **3.4** com 42 votos favoráveis. Abstiveram-se os conselheiros Fernando Junges e Mateus Guimarães da Silva.

Ausentes no momento da votação os conselheiros convocados: Erick Maciel e Hélvio Rech.

4. Comissão Superior de Ensino:

4.1. Processo: 23100.011693/2019-51. **Origem:** Campus Dom Pedrito. **Objeto:** aprova a criação do Curso de Bacharelado em Agronomia do Campus Dom Pedrito e seu PPC.

Resultado: processo retirado da pauta, conforme votação do pedido de exclusão (item **2.2**).

4.2. Processo: 23100.021692/2021-30. **Origem:** Campus Uruguaiana. **Objeto:** proposta de novo Regimento do Programa de Pós-graduação em Bioquímica (PPGBIOQ). **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

4.3. Processo: 23100.013755/2022-65. **Origem:** Campus Santana do Livramento. **Objeto:** Proposta de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*: Especialização em Direitos Fundamentais, Fronteiras e Justiça. **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

4.4. Processo: 23100.015167/2022-66. **Origem:** Campus Bagé. **Objeto:** proposta de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*: Especialização em Alternativas para uma Nova Educação (ANE). **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

4.5. Processo: 23100.015175/2022-11. **Origem:** Campus Bagé. **Objeto:** proposta de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*: Especialização em Tecnologia e Desenvolvimento do Bioma Pampa. **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

4.6. Processo: 23100.016140/2022-91. **Origem:** Campus Bagé. **Objeto:** proposta de novo PPC do Curso de Licenciatura em Física. **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

4.7. Processo: 23100.004685/2022-54. **Origem:** Campus Alegrete. **Objeto:** alteração do Regimento do Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica (PPGEE). **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

4.8. Processo: 23100.023686/2022-06. **Origem:** Campus Bagé. **Objeto:** proposta de Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*: Doutorado Profissional em Ensino de Ciências (PPGEC). **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

4.9. Processo: 23100.023512/2022-35. **Origem:** Campus Alegrete. **Objeto:** proposta de Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*: Doutorado em Engenharia (PPENG). **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

Resultado: aprovados os itens **4.2** a **4.9** por UNANIMIDADE.

5. Gabinete da Reitoria: os conselheiros decidiram votar em bloco os itens **5.1** a **5.6** e **6.1**.

5.1. Processo: 23100.021830/2022-61. **Origem:** CEG. **Objeto:** aprovar o ato 06/2022, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: Edital 02/2022, de eleição de representantes para o Conselho Curador (CONCUR) da Universidade Federal do Pampa.

5.2. Processo: 23100.016899/2020-10. **Origem:** Conselho Universitário. **Objeto:** Aprovar o ato 07/2022, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: Revoga Resoluções do Conselho Universitário, conforme processo de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, de acordo com o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

5.3. Processo: 23100.005665/2022-09. **Origem:** Campus Jaguarão. **Objeto:** aprovar o ato 08/2022, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: Acordo de Cooperação entre o Instituto Uruguayo Brasileiro (IUB - Uruguay) e a UNIPAMPA. **Parecer da CRU-S:** favorável à aprovação.

5.4. Processo: 23100.015554/2020-31. **Origem:** PRAEC. **Objeto:** aprovar o ato 09/2022, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: alteração da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 84, de 30 de outubro de 2014, Política de Assistência Estudantil. **Parecer CRN:** favorável à aprovação.

5.5. Processo: 23100.021830/2022-61. **Origem:** CEG. **Objeto:** Aprovar o ato 10/2022, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: alteração do Anexo I (cronograma) da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 350, de 21 de outubro de 2022, Edital 02/2022, de eleição de representantes para o Conselho Curador (CONCUR) da Universidade Federal do Pampa.

5.6. Processo: 23100.026019/2022-77. **Origem:** Secretaria do CONSUNI. **Objeto:** calendário de reuniões do Conselho Universitário para o 1º semestre de 2023.

Com relação ao item **5.6**, o conselheiro Vinícius Dalbianco sugeriu que a reunião de fevereiro aconteça no **dia 09**, quando ainda estarão em atividade, conforme o calendário acadêmico em vigência. O conselheiro Hélvio questionou se há previsão de alguma reunião presencial no 1º semestre de 2023. O Presidente esclareceu que o único impedimento é a questão orçamentária que envolve diárias, passagens e combustível, mas que, a partir do momento em que a Universidade tenha garantias orçamentárias mínimas, as reuniões voltarão ser presenciais; que essa é a única restrição existente. O conselheiro disse entender e sugeriu que, quando a situação for revertida, as reuniões aconteçam de forma intercalada, sendo algumas presencias e outras por *webconf*. O conselheiro Renato da Costa lembrou que, no ano passado, foi solicitado que informassem o custo de uma reunião presencial do Conselho, que inclusive há processo aberto no SEI e que, até o momento, não receberam essa informação; considera que esse calendário poderia ter considerado algumas reuniões presenciais condicionadas a existência de recursos; que haviam solicitado que pelo menos uma reunião por semestre acontecesse de forma presencial e que o compromisso da Reitoria de informar os custos das reuniões não foi atendido no transcorrer do ano. O Presidente informou que estava localizando o processo, que o cálculo foi feito, mas que, por algum motivo, não foi enviado aos conselheiros; que não está estabelecida no novo calendário a forma das reuniões, mas que, havendo orçamento, as reuniões acontecerão sim de forma presencial. O conselheiro Renato solicitou que todas as reuniões sejam, prioritariamente, presenciais, desde que exista orçamento para isso.

6. Comissão Eleitoral Geral:

6.1. Processo: 23100.021830/2022-61. **Origem:** CEG. **Objeto:** homologação do resultado do Edital de Eleição para o Conselho Curador (CONCUR) da UNIPAMPA.

Resultado: Aprovados por UNANIMIDADE, e com alteração da data de reunião do Conselho em fevereiro para o dia 09 (**5.6**), os itens **5.1** a **5.6** e **6.1**. Ausentes no momento da votação os conselheiros convocados: Cristine Schwanke e Gabriel Barbosa.

Resultado homologado do ponto de pauta **6.1** – docentes eleitos: Ana Luísa, 15 votos; Norton, 12 votos; Vanessa, 8 votos. Discentes eleitos: Kelvin, 4 votos, como titular, e Marcos Vinícius, 3 votos, como suplente. O discente Thiago Pereira Bordignon não obteve votos. Computados 2 votos nulos em um total de 44 votantes.

Os conselheiros informaram que havia caído a transmissão pelo Youtube e, por isso o Presidente informou que a reunião está sendo gravada e que será disponibilizada na rede social assim que possível.

Às 12 horas a sessão foi interrompida e reiniciada às 13 horas e 55 minutos.

7. Informações dos conselheiros:

7.1. A diretora do Campus Uruguaiana, Cheila Denise Ottonelli Stopiglia, informou a situação do Campus a respeito da falta de climatização nas salas de aula, o que faz com que alunos e docentes tenham o rendimento prejudicado. Salientou que esse é o único *campus* que não possui aparelhos de ar condicionados. A conselheira disse conhecer a situação orçamentária, mas deixava o pedido para que, a partir de uma recomposição orçamentária, isso seja priorizado; disse também que as salas precisam de reforma elétrica que comporte a instalação de aparelhos, e solicitou a instalação de cortinas para permitir a correta visualização das imagens e a troca de projetores, pois

algumas salas não possuem e outros têm aparelhos muito antigos e que prejudicam as imagens que são muito utilizadas, principalmente para os cursos da área da Saúde.

7.2. A diretora em exercício do Campus São Gabriel, Beatriz Stoll Morais, comentou a situação do Campus São Gabriel, principalmente a questão do transporte, afirmou que já é judiciária, pois a linha até o *campus* (distante 8km da cidade pela BR), não está sendo feita por um problema entre a prefeitura e a empresa de transporte e que o problema se arrasta desde maio, fazendo com que os alunos fiquem prejudicados; que a prefeitura ofereceu transporte no período em que os estudantes do município não o utilizam, por isso os horários diminuíram bastante e, apesar das boas condições desse transporte, haviam dito que não atenderiam em janeiro de 2023. Explicou que essa era uma pauta dos alunos na mobilização que conseguiram reverter e que o transporte retorna com as aulas no dia 09, só que disponibilizaram somente um ônibus, o que vai causar problema de superlotação e, por isso, a Direção vai colocar o micro, que irá auxiliar em algumas ruas; disse que um novo edital foi lançado e que está, novamente, *sub judice* por 90 dias, e esperam que, em março seja resolvido em definitivo esse problema de transporte até o *campus*; que foi um ano muito difícil, pois, no início, as aulas iam somente até às 16h30min e, depois, conseguiram, em agosto, um transporte para levar os alunos às 18h30min, uma vez que alguns componentes iam até as 17h30min e outros até as 18h30min. Com relação ao RU, a conselheira informou que, em janeiro, já estará funcionando. Explicou que São Gabriel teve um grande prejuízo com o problema do transporte: o falecimento de um aluno de forma trágica que abalou muito os colegas e paralisou as aulas do curso; que tiveram mais duas paralisações que prejudicaram vários setores de pesquisas, haja vista que o *campus* ficou completamente fechado. Salientou que as reivindicações dos alunos eram todas justas e que o pagamento das bolsas também está sendo normalizado. Com relação aos aparelhos de ar condicionado, disse que a maioria das salas de aulas possui, porém no novo prédio acadêmico não há nenhum e sofrem com o calor, assim como no Campus Uruguaiana. Disse que conversou com os alunos sobre o calendário acadêmico e alertou que a palavra interrupção era inadequada, que é um reajuste, a fim de recuperar as aulas de maneira adequada; que esse assunto era interno do *campus*, pois a maioria está acompanhando o calendário e que juntos com a PROGRAD, buscarão a melhor maneira de recuperação, de forma que não haja prejuízo no início do próximo semestre. Enfatizou que, nesse ano, foram muito prejudicados pelo problema do transporte e que ainda terão, pelo menos até março, porém estão tentando; disse que a única pauta dos discentes que não foi atendida é a de recursos para pesquisa, pois não depende da Direção da Unidade e sim do MEC. Lembrou que também houve uma paralisação em razão de um grupo de pessoas ter colocado fogo na estrada, inclusive com ameaças aos alunos.

7.3. O conselheiro Cássio Cunha Araújo leu a nota de repúdio à PROGRAD, Gestão Superior e Coordenações Acadêmicas referente ao Ofício 170/2022, que trata das mobilizações estudantis. Disse que a base dos movimentos é soberana nas suas decisões, não podendo ser cerceados ou pautados por outras instituições. A nota lida passa a integrar os documentos desta reunião.

7.4. O conselheiro Valmor Rhoden comentou a ocupação do Campus São Borja pelos discentes, e, logo em seguida, a assembleia dos docentes indicou apoio às paralisações, na sequência à reunião ordinária do Conselho de Campus, quando deliberaram pela criação de uma comissão para que, junto com a comissão dos discentes, possam verificar as justas pautas do movimento estudantil; que, na segunda-feira à noite, essa comissão participou de uma assembleia com os alunos e, na RE do Conselho de Campus, realizada na terça-feira, decidiram que, nesses

quatro dias (de terça a sexta-feira), serão realizadas aulas públicas, nas quais os professores foram convidados a participar, em conjunto com o movimento estudantil e, como já havia sido deliberado na assembleia dos docentes, estes se comprometeram a recuperar as aulas no semestre que inicia dia 09 de janeiro.

7.5. A conselheira Silvana Gritti leu a Nota Pública do Conselho de Campus do Campus Jaguarão com o apoio da comunidade acadêmica, docentes e técnicos, em repúdio ao Ofício nº 170/2022/PROGRAD/UNIPAMPA, enviado por *e-mail* na última quinta-feira, 08/12/2022, intitulado "Orientações. Mobilizações estudantis diante dos cortes orçamentários", que passa a integrar os documentos desta reunião.

7.6. A pró-reitora de Graduação, Shirley Nascimento, disse que, estando em pauta o Ofício nº 170, elaborado pela PROGRAD e pelas coordenações acadêmicas, considera relevante fazer alguns esclarecimentos; que de maneira alguma o documento é uma afronta ao movimento estudantil e às mobilizações que estão acontecendo; que isso já foi explicado aos discentes recentemente; disse que é um documento técnico que vai garantir a recuperação das aulas para os alunos mobilizados. Salientou também que havia a expectativa que, talvez neste Conselho, houvesse a alteração do calendário, o que não ocorreu e reforçou a importância do ofício; uma vez que o calendário está vigente, essas aulas precisarão ser recuperadas, para esses alunos que estão justa, correta e legitimamente mobilizados; lembrou ainda que, em quase todas as unidades acadêmicas, seguiram ocorrendo atividades de aulas e avaliações, e que, como foi bem colocado pelo conselheiro Valmor, agora terão de organizar essa demanda para atender aos alunos que se mobilizaram e, mesmo os colegas que repudiaram o ofício, vão se respaldar nele para organizar a recuperação dessas aulas. Reforçou que é uma orientação técnica porque estão na universidade para fazer ensino, pesquisa, extensão e política, não só política e, por essa razão, foi necessária essa proteção para garantir a reposição dessas aulas; que isso já foi falado com os alunos e que muitos docentes e coordenadores acadêmicos, inclusive presentes nesta reunião, entraram em contato com a PROGRAD dizendo que não teriam de repor aulas, pois já estavam ministrando para quem não estava mobilizado, que a forma de garantir a reposição dessas aulas foi através dessa orientação técnica e, por isso, encaixaram o movimento na Resolução nº 249/2019, considerando, "por motivo de força maior", orientado a partir do art. 7º e do art. 11, a forma como os docentes devem proceder com a recuperação. Explicou que a lista foi uma sugestão, pois, no art. 11, consta que deve haver um registro e, em comum acordo e diálogo com o grupo, entenderam que a sugestão de se ter uma lista era importante, pois mesmo um movimento de greve é estruturado a partir de organização e de lista, de forma que não sejam retaliados e que o Ofício foi escrito justamente para garantir que não seja legitimado por nenhum colega. Disse também estar preocupada com a nota de resposta dos alunos, na qual citam que alguns docentes ainda estão em ensino remoto, salientando que não é a PROGRAD que cuida da gestão de pessoas e sim a PROGEPE, mas que a PROGRAD, através de ofício e em todas as oportunidades que teve, inclusive nas imersões nas Unidades Acadêmicas, deixou muito claro que, desde 25 de abril, não há prerrogativa legal para o ensino remoto e explicou ao conselheiro Cássio que isso deve chegar à pró-reitoria competente para averiguação. Reforçou que a Pró-reitoria de Graduação tem o dever de orientar e que isso realmente foi feito em diferentes momentos e espaços. Novamente, a conselheira afirmou que o Ofício nº 170 é um documento técnico para respaldar a recuperação das aulas e orientar os docentes em relação ao procedimento. Finalizou dizendo que, na reunião, há muitos coordenadores acadêmicos que podem se manifestar sobre o trabalho desenvolvido; agradeceu pela oportunidade e disse continuar à disposição.

7.7. O conselheiro João Pablo fez coro à fala da conselheira Shirley e acha que houve dificuldade na interpretação do documento. Disse que se solidariza com todas as

unidades, mas que são gestores e, por isso, precisam pensar no todo, na necessidade de formarem 75 alunos do Campus Alegrete que querem essa garantia. Saliou que o *campus* possui um grande número de alunos não atendidos pela assistência estudantil e dependem de ajuda da família ou de seus próprios esforços e que prolongar o calendário acadêmico significa onerar essas famílias e, por esse motivo, falando em nome dos coordenadores, procuraram e foram atendidos pela PROGRAD com uma orientação de registro de processos acadêmicos. Disse que uma coisa é a fala de apoio, e a outra são as ações de apoio, por isso as coordenações acadêmicas precisaram de amparo legal, que é o objetivo do Ofício nº 170, de dar sustentação para todos os dez *campi*. Também disse ter ficado preocupado com a informação que docentes ainda estão ministrando aulas de forma remota e que os coordenadores acadêmicos já levaram o assunto à PROGEPE, pedindo orientações; que, nesse tipo de movimento, deve ficar claro quem adere e quem não; que preocupou a informação sobre pessoas terem sido pressionadas a assinar o documento.

7.8. O conselheiro Ederli Marangon relatou que a Direção foi chamada na assembleia dos discentes de Alegrete e que colocaram a par da situação e quais ações fizessem andamento e propuseram algumas intervenções e dicas que foram aceitas pelos alunos, como a mateada e uma caminhada até a Câmara de Vereadores, onde tiveram espaço de fala, pois entendem que lá está a comunidade externa, que é importante nessa sensibilização, a fim de levarem os anseios e preocupações até Brasília. Informou também que, em 18 de junho de 2021, encaminharam o Ofício nº 22, documento 0551434, à Câmara de Deputados da bancada gaúcha, solicitando emendas de bancada e recursos para a Universidade, mas colocando o Campus Alegrete como razão do trabalho em desenvolvimento na unidade; que o primeiro pedido do referido Ofício foi para atender a assistência estudantil, no que foram atendidos com um milhão de reais dividido entre os 10 *campi*. Em resposta à fala do conselheiro Cássio, disse que não basta manifestar apoio somente aqui no CONSUNI, que é preciso sair das reuniões, fazer ações que resultem positivas e que isso foi feito pelo Campus Alegrete em benefício de todas as unidades; solicitou que tenham cuidado para não direcionar comentários a um ou outro diretor e também não excluir nenhum deles. Convidou a todos os representantes discentes a visitar o Campus Alegrete, quando poderão conversar com os alunos e conhecer as ações efetivadas no *campus*.

7.9. O conselheiro José Carlos disse que foram comunicados pelos alunos sobre a possibilidade de acontecer o bloqueio do portão do Campus Itaqui na última quarta-feira e que solicitou que aguardassem até quinta-feira, pois havia marcado reunião com os servidores e discentes para esclarecer sobre os cortes. Disse que não houve êxito e que os alunos terminaram por bloquear o portão na quarta-feira no turno da noite; que, na quinta, aconteceu a assembleia dos servidores, quando se sensibilizaram com as demandas dos alunos e aderiram ao movimento; registrou que, se não tivesse ocorrido a paralização, o debate não teria acontecido da maneira que aconteceu; que, diante da notícia da liberação das bolsas, os discentes aceitaram a proposta dos docentes de construir um movimento coletivo entre as três categorias, a fim de comover a sociedade, resultando em um ato público no *campus* na sexta-feira e num abraço coletivo, cujas imagens circulam nas redes sociais e com a cobertura da imprensa local; disse ainda que, uma vez que os estudantes eram os autores da ação, tinham que ter preservado o direito de protagonistas, indo até a tribuna da Câmara de Vereadores nesta terça-feira para se manifestar, o que resultou em uma atitude exitosa diante da imagem que a comunidade tem da Universidade. Saliou que vêm enfrentando, há algum tempo, uma resistência de alguns segmentos da população que têm outro entendimento do papel da Universidade na sociedade, mas que, aos poucos, estão obtendo resultados positivos, o que assegura uma boa relação, tanto do *campus* para com a sociedade itaquense como também para com os discentes,

respeitando as diferenças de pensamentos e divergências de cada um. Disse que é preciso aceitarem que vivemos em uma sociedade muito desigual e que essa desigualdade é justamente o objeto que precisam trabalhar, que é o objeto da UNIPAMPA. O Presidente informou que, tão logo retornou de Brasília, teve um encontro com os discentes do Campus Bagé, que foi transmitido pela internet; que reconhece o movimento e que ficou muito claro que nenhum discente será prejudicado; que é inadmissível ouvir falar em perseguição e que tem certeza que nenhum gestor permitirá que isso aconteça; que, na reunião de segunda-feira, quando participaram representantes discentes dos dez *campi*, foi reforçada a posição de acompanhamento do movimento e de dar segurança para quem está ou não participando da paralisação. Disse que a situação é muito dinâmica, mas que a comunidade está sempre recebendo informações.

7.10. Na sequência, o conselheiro Hélio Rech registrou o desrespeito sofrido pela educação e que mancha a história do País; que o Brasil teve a grandeza de optar pela democracia, pelo diálogo, pela ciência, pela racionalidade do orçamento; que há a esperança de conseguirem reverter o caos instaurado no País, mas que não será uma tarefa fácil. Disse estar acompanhando os movimentos e destacou a comunidade do Campus Uruguaiana, que tem promovido diálogos com a população em encontros na praça da cidade, denunciando o que está acontecendo. Salientou que os discentes devem ficar atentos à PEC da transição, cuja proposta visa, minimamente, a correção de falhas do orçamento proposto para 2023 e aprofundou os cortes na área da educação, que atingem cem bilhões de reais desde 2014 até 2022, razão pela qual é preciso pressionar a Câmara de Deputados para aprovar essa PEC da transição como forma de as universidades conseguirem manter as portas abertas em 2023; salientou que é preciso recompor o orçamento da educação. O Vice-presidente, professor Marcus Querol, agradeceu e disse que essa análise temporal feita pelo conselheiro servirá de base para iniciarem a fala sobre a questão orçamentária.

Registramos que, às 15 horas, as conselheiras Ana Cristina Rodrigues e Rosemeri Martins dos Santos justificaram a necessidade de saírem da reunião.

7.11. Em resposta à fala do conselheiro João Pablo, a conselheira Maria Alcina disse que, no Campus Jaguarão, também há muitos possíveis formandos e que apoiam o trancamento do calendário. A conselheira disse que não podem formar pessoas com fome e que precisam priorizar as necessidades. A seguir, fez a leitura do manifesto dos estudantes do Campus Jaguarão, que passa a integrar os documentos desta reunião.

7.12. O pró-reitor da PROGEPE, Edward Pessano disse que, no momento, não há nenhuma prerrogativa para que docentes ministrem aulas de forma remota, entretanto, que temos cursos EaD e alguns componentes curriculares de cursos presenciais em EaD. Disse que, nesses casos, sempre que a PROGEPE é consultada, tem orientado que essas aulas sejam ministradas pelos docentes dentro da unidade na qual está lotada, salvo por questões de mobilidade. Explicou que a atual recomendação é que, quando identificados esses possíveis casos, isso seja levado à chefia imediata do docente, que é a Coordenação Acadêmica, que deverá abrir um processo e notificar a PROGEPE das datas das ocorrências, que deverá tomar as providências cabíveis. Salientou que a pró-reitoria não tem como estar nas dez Unidades fazendo esse trabalho, portanto necessita que as coordenações acadêmicas façam esse tipo de controle, se for o caso. Informou que, até o momento, tiveram conhecimento de um único caso no Campus São Gabriel, que já foi encaminhado ao Gabinete para apuração dos fatos.

7.13, O conselheiro Arthur Domingues disse que foram notificados, no dia 05, sobre o corte que ocorreu em 1^a de dezembro e que os discentes do Campus Uruguaiana, em assembleia, decidiram pelo movimento de paralisação do dia 12 ao dia 16 de dezembro; que, no dia 13, os docentes da Unidade também manifestaram apoio ao movimento e paralisaram no respectivo período. Informou que recebeu convite da Câmara de Vereadores para fazer um pronunciamento naquela assembleia; disse que o evento teve a participação da Direção e de diversos docentes do Campus, quando puderam expressar a preocupação com a situação de sofrimento dos discentes, provocada pelos cortes orçamentários. O conselheiro salientou que a cobrança feita à Gestão Superior é importante, para que sempre busquem a liberação do pagamento de bolsas e liberação das verbas para a assistência estudantil; que os discentes não podem ficar de braços cruzados somente testemunhando as ocorrências e, por isso, solicitou que a Gestão se junte e faça coro às solicitações encaminhadas à Câmara de Vereadores, tanto com o pedido de alimentação gratuita no restaurante popular, pelo menos durante o período em que o RU estiver fechado, quanto com a cessão de um prédio para moradia estudantil; pediu o apoio também do pró-reitor Dilli, já que todos os presentes na reunião concordaram que era um pedido justo e possível de ser atendido. Com relação ao transporte público, disse que terão de buscar solucionar o precário atendimento via Ministério Público, considerando a omissão do município, que causou muita revolta nos estudantes. Disse que o movimento estudantil estava anestesiado, que, no período remoto, as ações ficaram muito limitadas e que agora estão evoluindo quanto à forma de deliberar, de construir e, democraticamente, entender o que é a vontade da maioria, e pediu que essa sua manifestação fosse replicada, pois considera importante que todas as três categorias compreendam a importância de espaços democráticos deliberativos, inclusive dando direito ao contraditório. Sobre a nota da PROGRAD, o conselheiro confirmou que todos os representantes discentes foram convidados para o debate, quando todos puderam expressar suas opiniões, mas pensa que houve um equívoco na forma de comunicar, o que culminou em interpretações não fidedignas ao que queriam explicar, e que entende que os discentes precisam estar resguardados e não terem as suas vidas acadêmicas prejudicadas pelo seu direito de manifestação. O conselheiro ainda questionou a Pró-reitoria de Graduação, uma vez que havia o entendimento da PROGRAD que os alunos não necessitariam preencher as listas dos atos dos quais estavam participando; disse estar em dúvida sobre a oficialização de dispensa dessa lista. Por último, fez coro à fala da conselheira Cheila e disse ficar assustado que conselheiros não possam trazer verdade, uma vez que as questões estruturais são reais no Campus Uruguaiana e é necessário que os demais *campi* também tenham conhecimento dos fatos.

7.14. Em resposta ao conselheiro Arthur, a pró-reitora Shirley esclareceu que o art. 170 é uma sugestão, que os organizadores dos atos registrassem a presença dos discentes, o que respalda ainda mais no caso de surgir algum questionamento, porém, na Resolução nº 249/2019, diz que há a exigência. A conselheira disse estar claro para toda a Universidade que todos apoiam, respeitam e respaldam os discentes, e acredita que não há a necessidade de registro e que, quando os docentes forem informados quais alunos precisarão de recuperação, não questionarão o registro ou a falta com base no Ofício nº 170, além dos acordos de falas aqui no Conselho e em outros espaços de diálogos. Frisou ter sido uma sugestão da PROGRAD com as coordenações acadêmicas para respaldar ainda mais a categoria discente e não vê mais a necessidade de organizarem as listas, uma vez que todos têm acordo que o movimento está legitimado. Salientou que a lista foi dispensada e que qualquer docente que tiver dúvidas poderá conversar com seu coordenador acadêmico.

7.15. O conselheiro Cássio Cunha Araújo leu a Nota dos Discentes do Campus São Gabriel, a pedido da conselheira Gabriele, que estava com problemas na conexão.

Essa nota está incluída nos documentos da Reunião. O conselheiro ainda salientou que mesmo os alunos do Campus Dom Pedrito tendo paralisado somente um dia, isso já foi um grande avanço, pois o *campus* não tem histórico nessa trajetória; também destacou a criação da cozinha solidária na Unidade desde o fechamento do RU, onde os alunos podem almoçar e jantar, que fazem o trabalho com doações. Disse ser importante o respeito ao movimento estudantil e cumprimentou todas as lideranças a nível *intercampi*.

Registramos a saída justificada dos conselheiros

O Presidente passou a palavra ao Vice-presidente Marcus Querol, o qual ressaltou que todos os servidores estão juntos com o movimento estudantil, lutando por uma Universidade pública e com máxima qualidade. Disse que reconhece nos comentários feitos que nem sempre se pode atender de modo a beneficiar a todos, mas que estão empenhados em conseguir o melhor. Aproveitou que esta é a última reunião do ano para desejar a todos muita paz, harmonia e esperança em uma única palavra: Natal, com todo o seu significado.

8. Assuntos gerais (inclusões de pauta)

8.1. 2.1. O Vice-presidente Marcus Querol iniciou os assuntos gerais informando que foram a Brasília para tratar do orçamento e agradeceu ao Presidente pelo convite, pois enquanto um estava no MEC o outro estava na Câmara ou no Senado em prol da assistência estudantil e contra o bloqueio nunca visto, que resultou no não pagamento das bolsas. Salientou que as pró-reitorias muito se empenharam para resolver a situação, inclusive nos fóruns de planejamento, todo o tempo possível; que visitaram setenta por cento da bancada gaúcha reeleita e que entregaram detalhadamente tudo o que é necessário de infraestrutura, obras inacabadas, carência de TAEs e docentes já pactuados pela PROGEPE, agradecendo a todos pelo trabalho que estão envolvendo. Disse também que a importância de abertura desse caminho se somou à ANDIFES e à imprensa nacional, já que o movimento ocorre no País todo, com a força de todos em defesa dos estudantes. Registrou também que, na ANDIFES, há o compromisso da permanência da lista tríplice com a nomeação do primeiro colocado. Aproveitou para parabenizar os servidores da PROAD que se empenharam nas negociações para pagamento das contas de energia dos *campi* e da Reitoria com a RGE e CEEE Equatorial, que estavam na iminência de sofrerem cortes, bem como se dedicando nos acordos com as empresas terceirizadas, de modo que nenhum funcionário sequer fosse demitido. Lembrou que foram criticados por falta de planejamento, porém, de acordo com o Presidente da ANDIFES, não há como planejar neste cenário, onde o dinheiro das universidades tem a utilização sempre cerceada no fim do ano e, por isso, os terceirizados entraram em férias com o que a UNIPAMPA economizou mais de quinhentos mil reais, já que não houve recolocação de pessoal, e agradeceu aos diretores dos *campi* que entenderam e se somaram a esse esforço para não acontecerem demissões. Salientou que isso é planejamento, ação, é atitude de gestão; que é preciso que mudanças e aprovações que não dependem das universidades ocorram e que o novo governo consiga motivar a todos com esperança; que levaram ao MEC a necessidade já pactuada de 220 TAEs e mais de 60 docentes, entre eles, os 6 também já pactuados para o Curso de Engenharia Agrícola e que ainda não chegaram. Disse que esta fala não é julgando, mas mostrando que o movimento estudantil é forte quando se alia, fazendo e aceitando críticas, criticando e dando sugestões, mas respeitando o direito de ir e vir. Salientou que a Casa do Estudante é um direito dos alunos e já tratado com o Reitor, entretanto, que uma escrita, às vezes, pode ser mal interpretada. Também agradeceu aos professores Franck Peçanha e Fabio Leivas, que representaram a Gestão em Uruguaiana quando,

na Câmara de Vereadores, uniram esforços com a Comissão de Educação para solucionar essa situação de crise na Instituição que mudou a cidade de Uruguaiana. Disse estar orgulhoso com o movimento que se faz no *campus* e parabenizou o conselheiro Arthur por ter liderado o processo e desculpou-se por não ter tido condições de participar. Salientou que é preciso união para conseguirem chegar ao sonho de uma Instituição consolidada, com cursos fortes e de muita qualidade. O Presidente ressaltou que os reitores trabalharam juntos às respectivas bancadas e que as vitórias ainda são parciais, mas fortaleceram ainda mais o movimento; que aguardam a publicação da MP anunciada pelo Ministro, com a liberação dos recursos que serão usados para pagamento das despesas ainda em aberto e já negociadas com as concessionárias. Informou que participou de algumas reuniões com o GT da transição, na parte de ciência e tecnologia; que a pró-reitora de Graduação também participou de um comitê, também no grupo Negras Reitorias; que tem sido convidado a participar de várias reuniões desses GTs, inclusive sugeriu e espera que acatem, a retirada do teto do PNAES; que apesar de terem protegido o programa, precisam de mais garantias de que não será afetado. Informou também sobre a reunião dos reitores aqui do estado com o governador eleito, quando solicitaram apoio junto aos deputados e senadores gaúchos na questão da PEC, fundamental na destinação dos recursos no PLOA e depois na LOA de 2023. Na sequência, a pró-reitora de Planejamento e Infraestrutura Viviane Kanitz Gentil cumprimentou a todos os envolvidos nessas ações que fazem parte da cidadania, para que haja progresso nas questões orçamentárias. Disse que o corte sofrido em junho prejudicou o planejamento da Instituição e que não houve reposição do valor; que essas informações já foram passadas aos diretores e que estão sendo divulgadas em forma de notícias no *site* da UNIPAMPA e agora aqui neste Conselho. Explicou que o PLOA é uma previsão de orçamento que cada unidade da Federação recebe e que, depois de aprovada, vira a LOA, que é a Lei Orçamentária Anual e daí esse orçamento se transforma em créditos para cada unidade. Salientou que foi apresentado a este Conselho o crédito da Instituição recebido no início do ano e que sofreu alterações durante todo o ano; que, para utilizar esse crédito, é necessário ter autorização de limite, e exemplificou que podem ter um crédito de trezentos milhões junto com a folha de pagamento, mas que, por mês, podem receber um limite de utilização de apenas vinte mil, ou cem mil ou um milhão; que esse limite é emitido pelo MEC junto com o Ministério da Economia e, sem isso, não é possível utilizar o nosso crédito orçamentário, ele fica apenas como crédito. Esclareceu que, se disponibilizarem o limite, a Instituição tem seus créditos internos, assim como as Unidades, porém, todos ainda com limite; que, dentro desse limite, cada unidade faz seu planejamento pela dotação orçamentária; feita a despesa, na PROAD é feito o empenho, e isso significa que a despesa está concretizada. Feito o empenho, passam para a próxima fase, que é o financeiro, que é quando já possuem as notas, e é nesse momento que o MEC envia o recurso para pagamento da referida despesa. Explicou que, de novembro para cá, o "limite de utilização" e o "recebimento de financeiro" sofreram bloqueios, ou seja, temos o crédito, mas não temos o limite e não há recebimento financeiro, provocando atraso nos pagamentos das compras e serviços já executados. A pró-reitora disse que toda essa explicação técnica foi feita a todos os diretores e agora à comunidade. Salientou que houve prioridade no pagamento das bolsas PNAES e que, devido ao problema com a empresa que atende os Rus, que não atende a contento os nossos estudantes, a PRAEC privilegiou os alunos. O *powerpoint* apresentado na reunião passa a integrar os documentos desta reunião e ficam à disposição dos conselheiros, de acordo com a Resolução nº 308/2021 (Regimento do CONSUNI). Na sequência, o pró-reitor da PROAD, Fernando Munhoz, reforçou a explanação da pró-reitora Viviane, explicando que a Pró-reitoria de Administração tem recebido, com bastante preocupação, essas notícias sobre os cortes orçamentários e, por isso, solicitou ao GR que providenciasse um ofício para todas as concessionárias, informando sobre a real situação da Instituição e

formalizando com nossos fornecedores que, tão logo esses recursos sejam liberados, as pendências serão pagas. Salientou que, por várias vezes, o financeiro atrasou, mas que nunca haviam passado por esta situação, que também impactou muito o pagamento das bolsas. A pró-reitora Viviane disse que, desde outubro, a Instituição acumula um bloqueio financeiro de quase seis milhões de reais e que corresponde ao valor de notas a serem pagas, envolvendo água, luz, telefone, internet, terceirizados, entretanto, que os nossos contratos exigem que as empresas tenham 90 dias de sustentação financeira a fim de arcar com atrasos, quando e se ocorrerem. Salientou que, em decorrência dessa cláusula contratual, não há atraso no pagamento dos terceirizados. Informou também que hoje os bloqueios de crédito somam mais de 6 milhões de reais, ainda daquele orçamento previsto no início do ano; que o planejamento da Instituição foi baseado no valor de manutenção disponibilizado para isso, e hoje temos menos esses 6 milhões; que os bloqueios são feitos indistintamente pelo Ministério da Economia e não há como prever quando e quanto. Salientou que a Andifes e o Forplad trabalham incessantemente junto ao Ministério para que o bloqueio feito no fim de novembro seja liberado. Salientou que, no decorrer do ano, todas as informações foram passadas pela PROPLAN e pela PROAD e que, agora, juntamente com a PRAEC, visitarão o Campus Jaguarão para ajudarem nos esclarecimentos e colocou-se à disposição dos outros *campi* para o mesmo propósito. Disse que aguardam novas notícias para amanhã, e, assim que tiverem os diretores e os coordenadores administrativos, serão comunicados pelo grupo que existe no *whatsapp*, bem como a comunidade será informada pela ACS com relação ao PNAES e às bolsas. Em resposta ao questionamento feito no *chat* pelo conselheiro Régis, o Presidente esclareceu que o governo federal poderá fazer alguns remanejamentos com sobras de recursos, principalmente beneficiando as áreas da Educação e da Saúde; que o GT da transição acredita na retirada do teto para o orçamento 2023, o que possibilitará essas reposições. Ainda sobre o orçamento 2023, a pró-reitora Viviane complementou que o projeto de lei que tramita no Congresso prevê uma diminuição de 12% no nosso orçamento, mas que ainda aguardam pelo fim dos debates. O conselheiro Altacir disse que todos previram o cenário vivido e que, graças à mobilização dos estudantes em todo o País, há uma nova perspectiva de mudança na área da Educação; lamentou toda a situação dos discentes e questionou quais serão as prioridades orçamentárias em 2023, que é preciso discutir o planejamento, garantir uma assistência estudantil que realmente beneficie os estudantes e que este Conselho precisa debater os pontos sensíveis da Instituição, pois só assim diminuirá tanto a evasão de alunos (que cerca de 3 mil alunos já abandonaram a universidade) como de servidores e, principalmente, evasão de docentes. Em resposta, o Presidente disse que a evasão é uma preocupação em todas as IFES e que voltarão a debater a assistência estudantil e as prioridades da Instituição. A pró-reitora Viviane encaminhou os *links* das notícias sobre cortes e recursos liberados: <https://unipampa.edu.br/portal/novos-cortes-no-orcamento-da-unipampa-inviabilizam-pagamento-de-bolsas-e-de-servicos> e <https://unipampa.edu.br/portal/novos-cortes-no-orcamento-da-unipampa-inviabilizam-pagamento-de-bolsas-e-de-servicos>.

Registramos a saída dos conselheiros Régis Sebben Paranhos, Cristine Schwanke e Renato José da Costa.

8.2. Sobre os Restaurantes Universitários, por solicitação das conselheiras Silvana e Nádia: a conselheira Silvana Gritti mencionou a necessidade de uma ação emergencial e disse que concorda com o conselheiro Altacir, que disse ser este um momento de esperança de reverter essa miserabilidade e descaso com a educação e, principalmente, que as políticas estudantis sejam colocadas como prioridade, uma vez que os alunos foram as maiores vítimas desse processo. Salientou que os discentes têm sobrevivido pela solidariedade e pela luta da categoria, mas que nem todos

conseguiram resistir e permanecer na cidade do seu *campus*, o que provocou um enorme abandono de alunos de vários dos nossos cursos. A conselheira disse que devem providenciar ações institucionais rápidas e eficazes como forma de protegerem os discentes, uma vez que, nos últimos meses, ficaram ainda mais vulneráveis devido aos atrasos no pagamento das bolsas, que também não permitiu que fizessem um planejamento de voltar às famílias; disse que muitos estudantes não poderão ir para casa a fim de passar as festas de fim de ano; salientou que é preciso garantir a segurança alimentar dos alunos que logo também não contarão com o restaurante universitário, pelo menos, por 30 dias, até que a nova empresa assuma os RUs. Disse que, no âmbito dos municípios, não podem contar com mais ajuda, pois houve aumento de demanda por cestas básicas em razão do alto índice de desemprego da população. O Presidente disse que a falta de disponibilidade financeira da Gestão impede o atendimento de imediato, porém que, tão haja liberação de recursos, o assunto será tratado com prioridade. O conselheiro Arthur Domingues agradeceu por essa pauta e ratificou a fala da conselheira Silvana, principalmente no que se refere à miserabilidade dos municípios; salientou que, em reunião com a PRAEC, solicitou a distribuição de cestas básicas como já feito anteriormente e solicitou que a Gestão reveja a possibilidade de refazer essa ação que muito beneficiou a classe discente. Disse que, em outros momentos, buscou ajuda na Prefeitura de Uruguaiana e que foi atendido mas, em uma outra ocasião, teve o pedido negado em razão da quantidade de famílias que também precisavam de atendimento no município, por isso solicitou, mais uma vez, que a Gestão reveja a possibilidade dessa ação de distribuição de novas cestas básicas, considerando que os estudantes estão desgastados física e psicologicamente em função da preocupação com o fechamento dos RUs. O conselheiro aproveitou a oportunidade para solicitar ao quadro de servidores de todas as Unidades para se unirem em ações que ajudem a sanar este período de emergência, ideia essa que foi apresentada na assembleia docente do Campus Uruguaiana até que a Gestão Superior consiga atender mais efetivamente nesse sentido. Finalizou dizendo que muito mais que desejar um feliz Natal aos seus colegas discentes, desejava que a Instituição permitisse um Natal a esses discentes. O pró-reitor adjunto da PRAEC Bruno Lindemayer agradeceu pela inclusão dessa pauta e, em resposta aos conselheiros Ederli e Hélvio, sobre as emendas parlamentares, explicou que a emenda de R\$ 1.000.000,00 foi investida de forma igualitária, para atender aos discentes dos 10 *campi*; disse que, das nove Unidades que possuem RU, foram distribuídos em subsídios para alunos de graduação presencial e, sem contar os subsídios para alunos de pós-graduação, o *campus* que menos demanda de alimentação recebeu mais de R\$ 310.000,00, sem contar o mês de dezembro, e o *campus* que teve a maior demanda recebeu um subsídio de mais de R\$ 1.200.000,00. Com relação ao Campus Santana do Livramento, disse que essa emenda deu aporte à assistência estudantil e permitiu que o Plano de Permanência, o Auxílio Manutenção e o Bolsa Gestão, todos programas da assistência estudantil, tivessem investimentos superiores a R\$ 100.000,00, além de outros programas *multicampi* que são gerenciados pela PRAEC e que recebem aporte da assistência estudantil; reforçou a importância do recurso que possibilitou um investimento muito maior nos RUs em relação ao que foi repassado pela emenda parlamentar. Ressaltou que as emendas não são uma política de governo e que o próprio governo é quem deveria proporcionar as condições financeiras às universidades, a fim de desenvolver e manter todos os seus programas institucionais; que, nos últimos anos, as emendas serviram como um socorro, a fim de manter políticas consideradas prioritárias e, sem as quais, a situação teria sido ainda mais caótica. Com relação aos RUs, explicou que iniciaram o planejamento com a previsão do encerramento de oito contratos e que o primeiro plano era a disponibilização de cestas básicas aos alunos que permanecessem nos municípios onde o RU fechará por um período, entretanto, diferente dos outros meses, o sistema comprasnet retirou diversos códigos abertos, inclusive o que permitia a compra de cestas básicas e descrevesse os itens a serem comprados. Disse que

buscaram junto aos órgãos governamentais como inserir um código de compra, já que são inseridos por Brasília e podem levar até 60 dias até serem disponibilizados e que isso preocupou a Gestão, pois não haveria tempo de realizar o processo licitatório. Por isso os pagamentos das bolsas estudantis foram feitos de forma duplicada nos meses de novembro e dezembro e foi verificado que o saldo financeiro disponível na assistência estudantil e com base no número de alunos que são beneficiados, foi possível acrescentar o valor de R\$ 100,00; que, em média, a grande maioria dos alunos recebeu entre R\$ 420,00 e R\$ 920,00 somando as duas competências. Registrou que o valor das bolsas está totalmente defasado e que o Reitor protocolou um documento no MEC que solicita a adequação dos valores, entretanto, que não fomos atendidos, mas que servirá de base para a continuidade das negociações. Sobre o fechamento dos restaurantes, disse que muitos alunos, na iminência de ficarem sem o atendimento, questionaram a decisão da Gestão e que entende a preocupação dos discentes, uma vez que eles são atingidos diretamente; que está fazendo este registro para reafirmar que a situação em que uma empresa deixa de prestar o serviço até que outra assuma esse mesmo serviço vai acontecer diversas vezes, deixando essa lacuna no atendimento, mas que isso está acontecendo em razão de a empresa prestar um serviço totalmente inadequado, como temperatura inadequada, falta de algum tipo de prato, comida ruim e, inclusive, com relato de problemas financeiros em relação aos seus colaboradores. Com base nisso, a UNIPAMPA poderia romper imediatamente com essa empresa, o que provocaria um tempo maior sem que o alunos tivessem acesso ao RU, e a segunda opção foi realizar todos os processos licitatórios antecipadamente para que, assim que terminasse o contrato atual, já estivessem com os novos contratos assinados. De qualquer forma, isso gerará um lapso, pois a atual empresa entregará as chaves do prédio e a nova contratada tem até 30 dias para iniciar o seu trabalho. Explicou que, no caso do RU do Campus Alegrete, apesar de o serviço ser muito bom, a empresa não pode renovar indefinidamente o contrato e que também passará por esse lapso temporal entre a saída de uma e a entrada de outra. Em relação às licitações, disse que, dessas oito, algumas foram realizadas uma só vez, enquanto outras precisaram passar por duas; sete dessas oito já estão com contrato assinado: Bagé, Caçapava, Itaqui, Jaguarão, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Sobre o Campus Dom Pedrito, disse que já foram feitas duas licitações com interessados, porém as empresas não conseguiram apresentar os documentos exigidos pelo processo licitatório, mas que já estão com um terceiro processo tramitando, inclusive com o interesse de empresas vencedoras em outros certames e que a abertura das propostas deverá acontecer em 19 de janeiro. Na sequência, o conselheiro mencionou as ações paliativas desenvolvidas para atender esse lapso de fechamento dos RUs; citou o Campus São Borja, que já contratou com a Secretaria de Assistência Social, garantindo almoço para os estudantes no restaurante popular; que, em conversa com o conselheiro Bica, foi informado sobre a arrecadação feita pelo Campus Bagé e que a Secretaria Municipal também sinalizou com a possibilidade de atender alguns alunos; que, em Dom Pedrito, vê-se o exemplo da cozinha solidária pensada pelos alunos que os atende nesse período; que, em Livramento, onde não existe RU, já haviam finalizado uma grande compra de cestas básicas, bem antes da sinalização de fechamentos dos contratos e que as cestas estão sendo retiradas todos os meses pelos discentes. Salientou que, embora não citando todas as ações, tem a certeza de que todas as Unidades estão buscando formas de atender os alunos que necessitam desse tipo de ajuda. Disse também que, no último encontro nacional de pró-reitores estudantis, foi tratado o apoio das sociedades civis e dos poderes públicos municipais para atender cidadãos, pois a pessoa não é um ente universitário em uma bolha fechada nos muros das universidades, mas uma pessoa que vem para o município com o objetivo de melhorar sua condição social através dos estudos e deve sim ser atendida pela assistência estudantil; que gostariam de conseguir contemplar a todos dentro da política nacional de assistência estudantil, mas, que em casos de extrema

vulnerabilidade, precisa buscar ajuda dentro das políticas de assistência dos municípios, que esse é seu direito como cidadão. Reforçou que tem se notado a ajuda dada em todas as cidades e não só do poder público, muito além das suas capacidades, porque sabem que será por um breve período, 30 a 45 dias, já que logo as novas empresas estarão assumindo os restaurantes universitários. Também comentou a mobilização dos discentes quando aconteceu o bloqueio das bolsas e que, felizmente, após uma semana foi liberado e puderam efetuar o pagamento dessas bolsas. Disse que, imediatamente após o anúncio da retenção dos recursos da assistência estudantil, como todos os processos administrativos dentro da UNIPAMPA tinham sido realizados, não havia mais ações administrativas que pudessem ser realizadas, a não ser ações políticas para conscientização sobre o problema e tentar fazer pressão para a resolução do problema. Elogiou a mobilização dos estudantes que foram às ruas denunciar esse assunto que atingiu a todas as universidades federais. Informou também que, com o apoio da Direção do Campus São Borja, buscaram as mídias de comunicação para informar a população sobre a vulnerabilidade dos estudantes atendidos pela assistência estudantil e que, com o anúncio da retenção ficariam desatendidos, solicitaram apoio da comunidade para que solicitassem junto aos seus políticos o desbloqueio imediato dos recursos referentes a assistência estudantil prioritariamente, mas sem deixar de considerar os demais recursos bloqueados. Elogiou o envolvimento de todos, pois essa pressão resultou no desbloqueio da verba da assistência estudantil, permitindo o pagamento das bolsas e mostrando a toda a comunidade o dano causado pelo corte de recursos em uma área que pode mudar o destino de uma nação; disse que é criminoso tirar recursos da Educação. Finalizando, disse que, no Fórum de Pró-reitores, a temática foi o investimento em restaurantes universitários, que todos têm a expectativa de mais aporte financeiro à Educação. Comentou a pauta tratada entre o Fórum e a ANDIFES para que se retire a manutenção dos RUs da matriz PNAES, uma vez que a matriz está sem reajuste há, pelo menos, seis anos, enquanto o valor da alimentação dispara. Salientou que se perde o poder da política pela inflação dos alimentos e que os valores das bolsas também estão muito defasados; que todas as universidades federais operaram milagres para se manterem funcionando em razão das condições expostas, principalmente nos últimos quatro anos. Na sequência, a conselheira Maria Alcina parabenizou a todos que se envolveram nas manifestações em todas as Unidades e solicitou ações mais efetivas por parte da Gestão Superior; também salientou a importância da presencialidade da Reitoria nos espaços de fala e, principalmente, de escuta, a fim de se posicionar e empenhar-se com a causa estudantil, que já se arrasta há 18 meses. A conselheira enfatizou que os discursos são muito bonitos, mas que não vê ações que resolvam os problemas de moradia e alimentação dos discentes, e pediu que apresentem propostas coerentes com a realidade vivida nos *campi*. O conselheiro Cássio ratificou a fala da conselheira Maria Alcina e disse que, apesar de não contemplar todas as necessidades dos estudantes, em novembro, já havia sugerido a distribuição de cestas básicas. Comentou que o Centro Acadêmico do Campus Dom Pedrito fez planejamento quando soube do fechamento do RU e, desta maneira, estão atendendo aos discentes através da cozinha solidária; que o Centro Acadêmico do Campus deve servir de exemplo de planejamento para a Reitoria e, principalmente, para a PRAEC, uma vez que agiram de forma técnica, coerente e dialogada. Registramos a saída do pró-reitor Edward Pessano. O conselheiro Fernando Munhoz disse ter sido contemplado com a fala do conselheiro Bruno e que não estava justificando, mas que, quando se contrata um serviço, o que se espera é que esse serviço seja realizado atendendo a tudo o que se propôs, porém, que infelizmente não foi o que aconteceu com a prestadora de serviços dos RUs e, mesmo sabendo das consequências, não era viável a renovação do contrato. Explicou que, pensando na questão temporal, o melhor período para essa ação é o período de recesso e que todas as providências já haviam sido tomadas; que já foram comunicados que todas as empresas têm condições de assumir os RUs na

primeira quinzena de janeiro e, até lá, várias ações ainda serão realizadas. Ressaltou que tudo está sendo feito de acordo com a legislação do Ministério da Economia; que todo o legal está sendo realizado, e que, infelizmente, esta situação é nacional. O Presidente disse que há sim limitações, nunca omissão e que esta situação está encaminhada, entretanto, para mais ações, dependem da liberação orçamentária.

8.3. Inclusão do direito de resposta do conselheiro Rodrigo sobre injúria: o conselheiro fez a leitura de uma carta que passa a integrar os documentos desta reunião. O conselheiro lembrou que, na reunião de 28 de abril, que tratou da criação do Curso de Agronomia no Campus Dom Pedrito, ele e o conselheiro José Carlos foram citados, além de mais duas pessoas que não têm espaço no Conselho; disse que foram incluídos no processo documentos aos quais não tem acesso e quais falas foram usadas, portanto que eles não tiveram direito de defesa; que foram criticados por pedirem vista do processo e os acusando de desejarem atrasar o processo; disse que foi acusado de faltar com a ética por ter dito que as cartas eram ilegais e que o Procurador Federal afirma que não há, pois é só uma intenção. Informou que decidiu continuar fazendo parte da CEG somente até fevereiro, em respeito aos colegas que participam da Comissão e ao Campus Jaguarão que tem previsão de eleição para a Coordenação Acadêmica, pois com essa acusação não se sente confortável de continuar trabalhando em uma comissão com tamanha responsabilidade e que necessita de total transparência em todos os processos. O conselheiro lamentou a perda de autonomia do Conselho, uma vez que agora as falas dos conselheiros são objeto de análise da Procuradoria. Encerrando, disse que não houve posicionamento do Procurador sobre a possível falta de ética, restando apenas a acusação do Campus Dom Pedrito. Disse tratar-se de injúria, uma vez que, além de atacar o moral, ainda foi publicizado para um grupo de pessoas deste Conselho e pediu desculpas se alguma vez, em suas manifestações, pareceu desrespeitoso; que traz de berço sempre respeitar, ser honesto e olhar nos olhos das pessoas e que, em respeito ao Conselho e sua autonomia, apesar de algumas orientações, não tomará nenhuma providência a respeito deste assunto e agradeceu o apoio recebido das três categorias. A conselheira Nádia Bucco disse que lamentava a falta de alguns conselheiros em razão do adiantado da hora, mas que lastimava ainda mais que este ponto de pauta tenha ficado para o fim da reunião, pois demonstra uma total falta de entendimento do que aconteceu na reunião passada. Afirmou que não editaram nenhuma fala e que não é esta a sua forma de agir, que há tempos são atacados publicamente, inclusive nas redes sociais, da forma mais vil e baixa possível; confirmou que, pelo *campus*, fizeram uma consulta, e acredita que o conselheiro Rodrigo não ouviu a sua própria fala nas reuniões e sugeriu que todos ouçam as falas das reuniões passadas que tinham objeto de pedido de parecer. Salientou que sempre procuraram agir buscando a forma da lei e que o conselheiro foi enfático e agressivo afirmando que estavam desrespeitando a lei e fazendo processos ilegais dentro do Conselho Universitário; que o conselheiro afirmou isso diversas vezes talvez sem entender o movimento que estavam vivendo dentro do Conselho Universitário. A conselheira salientou que, como conselheiros, devem pensar na posição de todos e não ficar nessa passionalidade querendo atacar alguém. Disse que se associa com o conselheiro em relação à tristeza que também sente vendo a que ponto chegaram como Conselho Universitário; que lamenta o que é feito em relação ao Campus Dom Pedrito, que foram 16 cursos aprovados sem nenhuma manifestação dos conselheiros e que o *campus* vem sendo questionado desde 2016; que estranho seria se ela não tivesse pedido a palavra, se não tivesse buscado defesa à fala de que o *campus* estava agindo fora da lei, sendo desonesto e praticando ilegalidade. Relatou que também receberam apoio de conselheiros e que buscaram a Procuradoria para entender se o que estavam fazendo margeava a legalidade ou ilegalidade, uma vez que o objetivo era corrigir e não atacar o conselheiro, mas se defender e expor a posição do Campus. Salientou que o espaço é público desde que as falas não sejam

direcionadas a pessoas e ao fato em si que é o curso de Dom Pedrito; que, em nenhum momento, buscaram a Procuradoria para atacar; que o documento foi aceito por aquele setor para examinar se estavam agindo dentro da legalidade, pois, se não estivesse, o documento seria retirado. A conselheira disse respeitar o resultado da votação deste Conselho, mas que, numa próxima ocasião, entrarão novamente, porque entendem que a proposição de Dom Pedrito é justa assim como as outras nove unidades que trazem propostas e são acolhidas e aprovadas; que entende que tudo o que foi acordado com o Conselho, com o Campus Itaqui, com a CSE vem sendo cumprido e voltou a solicitar que ouçam as falas das reuniões anteriores para entenderem quem sofreu injúria, quem foi acusado de ilegalidade; que apesar de o espaço ser público as pessoas não dizer o que quiserem e achando que trabalham em um terreno de vale-tudo; que o Campus Dom Pedrito conta com muitas pessoas sérias que trabalham e foram ofendidas de forma desonesta, chamandas de plagiadores, e com a afirmação de que haviam levado ilegalidade para dentro do processo, e que a consulta foi para esclarecer isso, sem nenhuma outra intenção. Disse que hoje todos saíram perdendo, pois fizeram um bloco para derrubar a proposta de um curso legítimo e que traria desenvolvimento para o *campus*, mas que democracia é isso, e aceitavam a votação de retirada de pauta, mesmo não entendendo o posicionamento do Vice-reitor, que não se manifestou em nenhum dos outros 16 cursos; que o *campus* perdeu nos votos e não iriam questionar isso e, novamente, reafirmou que buscaram a Procuradoria somente para saber se o que estavam fazendo se encontrava dentro da legalidade com o intuito de melhorar a proposta. No final, disse que tem 32 anos de serviço público e que sabe como funcionam os mecanismos internos e, por isso nunca se sentiu atacada neste processo; que é de conhecimento que sempre admirou o trabalho e as contribuições do conselheiro neste conselho e nos grupos onde participou, mas que, infelizmente, o conselheiro passou dos limites nas acusações feitas na última reunião, por isso insistia que ele ouvisse novamente a gravação e solicitou que a carta lida pelo conselheiro Rodrigo seja anexada ao processo juntamente com toda a documentação pertinente a esta pauta **4.1**. O Presidente solicitou ao conselheiro Rodrigo que encaminhe a carta para a Secretaria. O conselheiro Cássio disse que sempre respeitou e foi respeitado pelos conselheiros Rodrigo e José Carlos na CEG, que está aprendendo muito sobre política e que apoia a manifestação da conselheira Nádia, principalmente no ponto em que não podem pessoalizar os debates. O conselheiro também relatou que foi ameaçado hoje pela manhã, que iriam a Dom Pedrito atrás dele e que possui o *print* da conversa e que concorda que Itaqui seja melhorado, mas também concorda que Dom Pedrito também merece melhorar e solicitou que repensem as atitudes para que possam ter um relacionamento mais saudável. O conselheiro Rodrigo explicou que a sua fala foi direcionada ao Campus Dom Pedrito e, em nenhum momento, à conselheira Nádia e que a admiração é recíproca, que já trabalharam juntos quando foi conselheiro anteriormente e que nunca foi nada pessoal, e pediu desculpas se pareceu ter se direcionado a ela, que não teve a intenção de ser grosseiro; que o assunto poderia ter sido tratado diretamente com ele pelo *chat* da reunião e que a mágoa é em relação a ter sido chamado de agressivo e antiético por uma pessoa que sempre admirou e se colocou à disposição para conversar, se a conselheira Nádia assim desejar. O conselheiro José Carlos registrou que o posicionamento do Campus Itaqui é muito respeitoso a este Conselho e ao Campus Dom Pedrito; que o fato de terem uma deliberação de *campus* pela não oferta da maneira como é proposto o PPC do curso faz com que sejam apresentados argumentos e que, até o momento, não conseguiram discutir o mérito; que o debate é de fluxo processual; que tudo foi dito com a intenção de uma construção diferenciada e que resolva o impasse da melhor maneira e que tentam resolver desde o ano passado bilateralmente e, não conseguindo, fazem a movimentação política que é parte do processo; que o Campus Itaqui nunca foi desrespeitoso e que, se eventualmente o parecer do pedido de vista tivesse alguma acusação, caberia a este Conselho a veracidade dessa acusação. Disse que há

equivocos de interpretação e que não tem se manifestado sobre esse processo; que se preocupa com a movimentação de consulta à Procuradoria sobre posicionamentos que os conselheiros assumem e como colado no manifesto do Procurador, os conselheiros estão agindo como conselheiros; falou que podem estar equivocados, mas que apresentam as preocupações que observam no processo e que, se tudo o que falar corre o risco de virar um processo, está sendo ameaçado no seu direito e manifestação e no seu dever de conselheiro, e isso o preocupa, que precisam considerar as coisas de modo diferente e que a manifestação é preocupante nesse sentido, pois o recado parece de cerceamento de liberdade de manifestação no Conselho. Salientou que as manifestações nas redes sociais são de inteira responsabilidade de quem faz as postagens, mas que precisam assegurar as manifestações no Conselho porque é o conselheiro fazendo seu papel de conselheiro e que, ainda mais preocupante, a situação de pessoas que não são conselheiras e não têm a possibilidade de se defender. Disse que aceita as divergências de opiniões, mas que estão tratando de questões institucionais. Na sequência, a conselheira Nádia dirigiu-se ao conselheiro Rodrigo, dizendo que os *campi* são feitos de pessoas e, como tais, cometem erros, e, quando isso acontece, é preciso humildade para se reconhecer, e terão sim outras oportunidades fora do CONSUNI para tratar deste assunto. Com relação ao despacho, disse que a PROGRAD esclareceu todo o fluxo e que foi reiterado no parecer, que também acompanhou o fluxo, que, em nenhum momento, levar o assunto para o Procurador foi cercear o direito de manifestação dos conselheiros, uma vez que foram audiências públicas, cujas gravações são públicas e estão disponíveis para qualquer cidadão; que o Campus foi atacado de forma muito clara e séria; que, se o fluxo estivesse errado, a Procuradoria teria apontado, e que delimitaram a consulta no sentido de buscar a legalidade do processo, e que nunca houve a intenção de entregar uma proposta errada, mal feita ou com traços de ilegalidade. Sobre a questão alegada por um colega sobre desconhecimento, disse que também não estavam na audiência pública em Itaqui e que o Campus Dom Pedrito também foi atacado e não pode se defender e, como entes públicos, não podem alegar desconhecimento, ainda mais quando um servidor público declara que fez com que o processo não andasse. Finalizando, a conselheira agradeceu pela oportunidade e reiterou ao conselheiro Rodrigo que terão sim novas oportunidades de diálogos, mas que não poderia deixar de se manifestar sob pena de ser omissa com o Campus Dom Pedrito e de registrar que não houve intenção de cometer ilegalidade em nenhum momento; solicitou que não entendam como cerceamento de liberdade, pois se não tivessem procurado apoio e entender o processo, também estariam sendo cerceados; que buscaram informação para que o Campus não fosse prejudicado e que ficou muito claro, em uma das falas, que o conselheiro que aprovasse a proposta estaria colocando o seu CPF em risco; que entende este espaço como de aprendizagem e não de perseguição e vitimização e lamentou que alguns conselheiros já se retiraram da reunião e que este assunto tenha ficado para o fim da reunião, pois teria sido importante que todos tivessem participado deste debate. O Presidente agradeceu e disse que, pelo adiantado da hora, lamenta a falta de quórum e que, independente de estar presidente ou de ser conselheiro, este espaço é sempre disponibilizado e que faz questão de manter essa condição, inclusive dando voz para pessoas que não fazem parte deste Conselho quando o assunto é pertinente. Pediu desculpas pelos problemas técnicos, mas que toda a gravação será sim disponibilizada. Em seguida, o Vice-presidente explicou o motivo do pedido de retirada da pauta. Disse que a sua posição foi como gestor de uma Instituição que chegou a 15 mil alunos, com inúmeras obras, vários docentes e técnicos e toda a inserção na região; que estão passando pelo pior momento orçamentário registrado nas universidades públicas, por isso, sem as mínimas condições de absorver um curso novo e que não há como comparar um curso de graduação com um de pós-graduação ou de doutorado, que são muito distintos e cujos recursos são diferenciados. Afirmou que, tão logo haja sinalização do Governo Federal que garanta um orçamento digno

aos cursos que atualmente agonizam com equipamentos obsoletos, uma retomada da reconstrução que provavelmente ocorra já no segundo semestre, ele estará lutando até o fim da gestão, com recursos consolidados, será o maior defensor desta causa e que podem cobrar isso. Agradeceu e desejou a todos um excelente fim de ano e um feliz Natal. O Presidente também desejou boas festas e que este momento de reencontro seja também de renovação, que carrega a esperança de um ano muito próspero para todos, e agradeceu pela representatividade e colaboração durante todo este ano que está findando, sempre com o objetivo de que a UNIPAMPA cresça cada vez mais.

Nada mais havendo a tratar, às 18 horas e 17 minutos, foi encerrada a Reunião e redigida a presente Ata, assinada pelo Presidente, Professor Roberlaine Ribeiro Jorge, e por mim, Sara Mascarenhas Tarasuk, Secretária Executiva da Secretaria do CONSUNI. Esta Ata foi redigida de acordo com a Resolução 308/2021 - Regimento do CONSUNI. **Esta Reunião está gravada e disponível para consulta em: <https://www.youtube.com/watch?v=2-1ZBET5PVw> e <https://www.youtube.com/watch?v=J9hJkFwXw-s>.**

Roberlaine Ribeiro Jorge,
Presidente.

Sara Mascarenhas Tarasuk,
Secretária Executiva,
Assessora Especial do CONSUNI.